

A inclusão de Surdos no Ensino Superior em Angola: o que dizem as pesquisas?*The inclusion of deaf people in Higher Education in Angola: what do researches say?*

Fred André ANTÓNIO¹
Sinara Mota Neves de ALMEIDA²
Cristiane Jurdênia de FARIAS³

Resumo: A comunidade surda necessita afirmar sua identidade linguística e cultural e mais que isso, é urgente profissionais com boa formação capazes de oportunizar que a Língua Gestual seja o principal meio de empoderamento, promovendo uma visão que valorize a diferença linguística e cultural, superando a perspectiva capacitista que reduz a surdez à ideia de deficiência. Metodologicamente, o estudo se orienta pela abordagem qualitativa, caracterizando-se como estudo bibliográfico que objetivou conhecer o que dizem as pesquisas sobre a inclusão do Surdo no Ensino Superior em Angola. O conjunto de dados revelou que pouco se reflete sobre o acesso e permanência, interação com os familiares e inclusão no Ensino Superior. Urge, portanto, o favorecimento de uma pedagogia comprometida com a formação de profissionais, intérpretes e familiares da pessoa surda como forma de inclusão dessa comunidade no Ensino Superior.

Palavras-Chaves: Inclusão educacional dos surdos. Angola. Educação superior.

Abstract: The deaf community needs to assert its linguistic and cultural identity and more than that, there is an urgent need for well-trained professionals capable of making Sign Language to be the main means of empowerment, promoting a vision that values linguistic and cultural difference, overcoming the ableist perspective that reduces deafness to the idea of disability. Methodologically, the study is guided by a qualitative approach, characterized as a bibliographical study aimed at finding out what research says about the research on the inclusion of deaf people in higher education in Angola. The data revealed that there is little reflection on access and permanence, interaction with family members and inclusion in higher education. There is therefore an urgent need to promote a pedagogy committed to training professionals, interpreters and family members of deaf people as a way of including this community in higher education.

Keywords: Educational inclusion of the deaf; Angola; Higher education.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Técnico Médio em Informática de Gestão pelo (IMAG-Uíge). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas: Educação, Diversidade e Docência (EDDocência). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5769-2851>. E-mail: fredandreantonio18@gmail.com

² Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em cursos de licenciatura e Pós-graduação Stricto Sensu. Coordenadora e Professora Permanente do Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente (PPGEF UNILAB-IFCE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7517742470581460>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8183-1636>. E-mail: sinaramota@unilab.edu.br

³ Mestranda em Ensino e Formação Docente (PPGEF UNILAB-IFCE). Especialista em Gestão Escolar com ênfase em Supervisão Escolar-FSB. Licenciada em Língua Portuguesa-UVA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas: Educação, Diversidade e Docência (EDDocência). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6272632299464446>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8718-2016>. E-mail: cristianejfarias@gmail.com

1 Introdução

A República de Angola está situada na costa ocidental do continente africano, com uma superfície territorial de 1.246.700 km², com uma população estimada de aproximadamente 33.097.671 milhões de habitantes, sendo composta por 18 províncias. O país é caracterizado por possuir povos alegres tendo em destaque a sua interculturalidade que varia de estado para estado, região para região e de povo para povo.

Durante aproximadamente quatro séculos, Angola foi colônia de Portugal e constituiu um grande centro de fornecimento de escravos para o Brasil. A luta pela liberdade e independência desencadeou um longo período de conflito, que teve início com a luta armada contra o colonialismo português, tendo conquistado a sua independência em 11 de novembro de 1975. Após sua independência, Angola atravessou um período de guerra civil que se deu quando os movimentos nacionalistas pró-independência como a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para independência Total de Angola (UNITA), passaram a lutar entre si pelo controle político do país, este conflito perdurou aproximadamente vinte e sete anos e teve o seu término no ano de 2002.

Angola atravessa um processo de construção social desde a proclamação da sua independência que se deu na data mencionada anteriormente. Porém, a implementação de políticas públicas voltadas para a educação no geral ainda é um desafio para o governo, sendo a população angolana composta majoritariamente por jovens e crianças que precisam de acesso à educação. A luta pela igualdade social vem garantindo a priori o direito à educação para todos, incitando a promoção da inclusão com o foco na alfabetização total da população.

O presente estudo tem como objetivo conhecer o que dizem as pesquisas sobre a inclusão de surdo no Ensino Superior angolano. Metodologicamente, o estudo se orienta pela abordagem qualitativa, caracterizando-se como estudo bibliográfico que coloca em diálogo as categorias centrais da discussão sobre a inclusão de surdos no Ensino Superior, tomando como autores basilares Sousa, Oliveira e Alves (2021).

Buscando entrar em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito da temática abordada, utilizamos a pesquisa bibliográfica “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). Foram realizados também levantamento e análise documental, tendo em vista a existência

de dissertações, teses e artigos sobre a inclusão no Ensino Superior, tendo como referência publicações recentes.

2 Caracterizando a Surdez

Para Monteiro, Silva e Ratner (2016), a surdez é caracterizada como a redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons, ou seja, a surdez pode ser caracterizada como a perda auditiva condutiva, que se dá geralmente por obstrução da orelha externa e, pela perda auditiva neurossensorial, que compreende danos nas células ciliadas da cóclea.

A surdez não impõe barreiras práticas na vida diária. As pessoas surdas podem se mover livremente, já que não há impedimento para suas capacidades físicas (Setai, 2014). Porém, sabe-se que os surdos sempre foram historicamente estigmatizados e excluídos da sociedade. Para Santana e Bergano (2005), em termos sociológicos eles eram considerados muitas vezes como deficientes e sem capacidades cognitivas. Vale ressaltar que esta visão sobre a surdez é de caráter global e impede, grosso modo, sua integração total na sociedade, já que os relacionamentos sociais são assentes primariamente por sons.

As dificuldades que as pessoas surdas vivenciam em suas práxis diárias não só em Angola, como em outras partes do mundo, estão relacionadas com a incapacidade de ouvir e de se comunicar com a comunidade ouvinte, pois eles não compartilham o mesmo canal de comunicação. Para Santana e Bergamo (2005) a falta de característica eminentemente humana como a linguagem oral, bem entendido e suas virtudes cognitivas faziam com que os surdos fossem considerados humanamente inferiores e privados de frequentar determinados espaços. A língua de sinais era considerada apenas uma mímica gestual, e sempre houve preconceitos com relação ao uso de gestos para a comunicação.

Verificamos, no entanto, que os surdos em Angola ainda são vistos dentro de uma perspectiva clínica, tanto que o seu ensino é voltado somente sobre o contexto de educação especial. Vale salientar que esta educação está prevista no Decreto Presidencial nº 20, de 18 de janeiro de 2011, que aprova o estatuto da modalidade da Educação Especial. Em seu Art. 4º, os surdos são classificados nas áreas de intervenção no domínio dos distúrbios sensoriais (Angola, 2011), o que torna a sua escolarização voltada para o contexto da Educação Especial.

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p04021

A existência de pessoas surdas na sociedade, proporcionou a criação de medidas para garantir direitos iguais para todos, pois, conforme frisamos anteriormente, os surdos sempre foram discriminados e praticamente excluídos por uma parte da sociedade.

O combate à exclusão social deve partir do governo que tem o poder e autonomia em elaborar políticas públicas destinadas à mudança desse quadro que ainda é vivenciado na atualidade. De acordo com o Ministério de Integração Social (MINARS) de Angola, existem programas de apoio social que visam a proteção social e a inclusão de cidadãos em risco de exclusão social, e desta forma garantem o acesso aos recursos, aos bens e aos serviços, bem como a promoção da igualdade de oportunidades de participação social, numa sociedade com melhor qualidade e coesão social [...] (Silvestre; Kanikadan, 2020, p. 41).

É indispensável uma ponderação ampla sobre a inclusão, pois incluir remete ao combate à exclusão social e consiste na busca imediata pela criação de condições que garantam o acesso e a participação de todos e de cada um, investindo no rompimento de barreiras sociais, físicas e de comunicação.

Sobre esta perspectiva, destacamos que o processo de escolarização do surdo em Angola vem proporcionando discussões ampliadas referentes a sua inclusão no sistema educacional angolano, tem se fortalecido com destaque desde a criação da Associação Nacional de Surdos em Angola (ANSA) visto que, ela objetiva defender os direitos dos surdos do país.

A associação vem prezando, a priori, pela valorização da comunidade surda bem como pelo seu reconhecimento como seres culturais e com identidade linguística, partindo da necessidade de ser aprovada a Língua Gestual Angolana (LGA), como uma língua nacional para garantir o direito à informação para os surdos.

As políticas de inclusão dos surdos no sistema educacional angolano ainda carecem de reflexões profundas, pois pouco se olha para a comunidade surda, pouco se pensa em sua inclusão e socialização, o exemplo disto é a tardia formação de intérpretes de Língua Gestual Angolana, o que torna complexa as questões referentes a sua escolarização.

Ao refletir sobre a escolarização do surdo, torna-se indispensável metodologias que valorizem a visualidade, assim como a presença de um tradutor intérprete, tendo em vista que eles atuam como o elemento central nas relações comunicativas entre os surdos e os ouvintes. Portanto, não podemos retratar sobre a inclusão de surdo seja ela, social ou educacional, sem a presença de intérpretes dotados de responsabilidades éticas para atender demandas nas práxis diárias.

Segundo Domingos (2016), a forma como é compreendida a surdez implica que esta realidade seja enfrentada a partir de um olhar reflexivo com o intuito de melhorar e valorizar a educação da pessoa surda. Porém, sobre a perspectiva educacional, o que se observa é que os surdos são considerados pessoas com necessidades educativas especiais, ou seja, a escolarização do surdo é voltada no contexto de Educação Especial, conforme destacado anteriormente. Atentamos que para a expansão da inclusão é importante olhar para a surdez de forma significativa, fora de uma perspectiva clínica, e os indivíduos surdos enquanto pessoas que possuem a própria cultura e identidade linguística.

As barreiras impedem uma pessoa de se comunicar, realizar uma tarefa, obter uma informação ou formação (Kraemer; Thoma, 2018). Deste modo, torna-se relevante refletir sobre acessibilidade porque ela propõe assegurar às pessoas com deficiência o acesso com igualdade de condições em determinados espaços.

Sob outra perspectiva, ela aplica-se também nas relações comunicativas, incluindo, por exemplo, a interpretação em língua gestual, para as pessoas surdas, a publicação de documentos com informações úteis no sistema braile, entre outros (Angola, 2014).

O contexto educacional angolano é bastante desafiador para todos os jovens. Conforme nos debruçamos anteriormente, a população angolana é composta majoritariamente por jovens e crianças que precisam de acesso à educação. É importante que se façam séries de reconfigurações políticas orientadas para execuções de condições eficientes, de modo que se possam concretizar o que tanto se preza que é o conceito de educação para todos.

Neste contexto, a política de inclusão escolar dos alunos com deficiência vem sendo instituída a partir de decretos, portarias e legislações. Tem sido feito investimentos por parte do Estado com vistas à efetivação do acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem desses alunos nos espaços acadêmicos e acesso a todos os sistemas e serviços da comunidade. Temos, por exemplo, a Lei n.º 10/16 de 27 de julho do Diário da República – decorrente dos diversos preceitos consagrados na Constituição da República de Angola – que estabelece a eliminação das barreiras, permitindo às pessoas com deficiência e as outras com mobilidades condicionadas o acesso a todos os sistemas e serviços da comunidade, criando condições para o exercício efetivo de uma cidadania plena (Angola, 2017).

Verificamos então que, garantir e proteger o acesso à Educação Superior das pessoas com deficiência é fundamental e uma obrigação do Estado. É de inteira responsabilidade do Estado assegurar um sistema de educação inclusiva a todos os níveis e uma aprendizagem ao

longo da vida. Pensar em acessibilidade é pensar de um modo geral em incluir, é pensar na proibição de exclusão de pessoas com deficiência e com mobilidades condicionadas do sistema geral de ensino.

3 A Educação Especial e as políticas de inclusão em Angola

No período em que esteve colônia da coroa portuguesa, Angola experienciou uma realidade parecida com os demais países colonizados por Portugal. A instrução de sua população esteve sob a responsabilidade da Igreja Católica tendo como principal justificativa para o ensino da leitura e da escrita aprender a doutrina católica. A cumplicidade entre a Igreja e o Estado português resultou em uma educação elitizada e diferenciada para brancos e assimilados, restando aos indígenas a “orientação para aquisição de hábitos do trabalho” (D’Avila, 1963, p. 30). De acordo com Liberato:

Angola herdou um sistema educativo seletivo que promovia as desigualdades sociais e raciais, uma vez que assegurava a transmissão de uma cultura ocidental, não acessível à maioria da população. No interior desse sistema, a ascensão social era determinada pela adoção de hábitos e costumes europeus e as escolas limitadas às áreas urbanas, tendo o restante população sido deixada numa situação de abandono e conseqüente analfabetismo. (Liberato, 2016 p. 88).

Com a independência em 1975 e todas as dificuldades impostas pela guerra civil, Angola começa a dar grande prioridade à educação, aplicando nesta área grandes investimentos e assumindo a formação de recursos humanos como essencial para o desenvolvimento do país.

Considerando as lutas locais e as mobilizações mundiais, a educação para pessoas com deficiência tem passado por importantes modificações, avanços e até retrocessos. Um importante divisor de águas foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990. Quando as nações do mundo afirmaram que “toda pessoa tem direito à educação”. Tal conferência culminou com a elaboração de um dos tratados mundiais mais significativos em educação, incluindo definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem.

Os resultados dessa conferência foram reafirmados quatro anos mais tarde na Espanha. A Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), que traz a educação inclusiva como a possibilidade de “reforçar” a ideia de “educação para todos” e ousou desmistificar o conceito

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p04021

de Educação Especial ampliando seus contornos e incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se desenvolver na escola. A inclusão passa a ser também para todos e não só para pessoas com deficiência.

A Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. (Brasil, 1994, p. 04).

Neste contexto, a inclusão passa pela eliminação das barreiras sociais, físicas, comunicativas e atitudinais criando as condições imediatas para garantir o acesso e a participação de todos na vida social. Conforme D’avila, Carvalho e Pantoja (2019, p.12),

em decorrência desses acontecimentos, o governo angolano alia-se cada vez mais às perspectivas e experiências de outros países, no que concerne a configuração do ensino especial e ratifica no ano de 1994 a sua participação na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, por meio da Declaração de Salamanca, ocorrida na Espanha nesse mesmo ano.

É importante ressaltar, que as mudanças na prática não ocorreram tão facilmente como preconiza os tratados internacionais, embora a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais tenha trazido importantes contribuições ao campo, criticando os aspectos segregacionistas da organização das escolas especiais e classes especiais.

Assim, também consideramos que esse atendimento não favorece a integração adequada dos estudantes com deficiência ao processo de ensino e aprendizagem, sendo preciso entender que esse modelo de segregação ainda não foi totalmente superado.

Em Angola existe o ensino geral regular onde o ensino especial constitui-se como uma modalidade do subsistema do ensino geral, essa é uma marca forte dos processos históricos de exclusão, ou seja, ainda existe separação entre ensino para “normais” e ensino para pessoas com deficiência. De acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação de Angola de 2001,

a Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal, quer para o subsistema do ensino geral, como para o subsistema da educação de adultos, destinada aos indivíduos com necessidades educativas especiais, nomeadamente deficientes motores, sensoriais, mentais, com transtornos de conduta e trata da

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p04021

prevenção, da recuperação e da integração sócio-educativa e sócio-económica dos mesmos e dos alunos superdotados. (Angola, 2001, p. 16).

Dessa maneira, a Educação Especial precisa considerar os vários problemas provocados pela deficiência, promovendo a inclusão dessas pessoas e oferecendo plenas condições de desenvolvimento social e educativo. A educação especial propõe desenvolver as potencialidades físicas e intelectuais reduzindo as limitações provocadas pelas deficiências e apoiar a inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes ajudando na aquisição de estabilidade emocional (Angola, 2001).

Apesar das dificuldades, Angola vem apresentando importantes avanços legais na educação inclusiva, a exemplo do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola (2007-2015), elaborado sob o lema: “Construindo um futuro de esperanças”. O documento foi organizado pelo Instituto Nacional para a Educação Especial (INEE) e aprovado pelo conselho de Direção do MED.

O plano apresenta desde o contexto desafiador da Educação Especial até questões de financiamento e foi previsto para se desenvolver em três fases: emergência (2007-2008), fase de desenvolvimento (2009-2012) e fase de consolidação (2013-2015) (Angola, 2006).

Na fase de emergência, das ações estratégicas relacionadas à comunidade surda destaca-se o Projeto de Lei para reconhecer a Língua Gestual Angolana, além de formação de recursos humanos e melhoria na infraestrutura.

Na fase de desenvolvimento, o foco foi a melhoria e ampliação dos serviços, com especial adaptação aos currículos e planos de estudos para o público atendido. Finalmente, na fase de consolidação, voltando-se especificamente para as pessoas surdas, percebemos alguns entraves para o atendimento a essa população, quais sejam:

pouco conhecimento das características psicológicas e psicolinguísticas das crianças portadoras de deficiência auditiva; falta de professores e pessoal de apoio aos surdos na escola; diagnóstico tardio; inexistência de tradutores de LGA e formação dos mesmos; ausência de alunos surdos nas universidades e institutos, além de dados insuficientes para desenhar a realidade dessas pessoas. (Angola, 2006).

Dialeticamente encontramos também alguns pontos fortes voltados para a formação escolar da pessoa com surdez, a saber: projeto de uniformização da LGA, primeiro dicionário digital da LGA e contratação de professores especialistas, questões que foram previstas na fase inicial do plano e que atualmente constituem uma realidade conquistada.

Ao término das três fases do plano o cenário atual ainda precisa avançar e contribuir efetivamente para a integração social da população surda que se torna a mais marginalizada pela ausência de comunicação verbal. Porém reconhecemos o esforço, as conquistas e principalmente a garra de cada cidadão angolano na luta por inclusão e dias melhores em seu país.

De acordo com Lucas Luciano (2021), Técnico do Instituto Nacional de Educação Especial (INEE), em entrevista ao Jornal de Angola, entre os progressos dessa área destaca-se o fato de que em 2003 não houve matrículas de surdos nas instituições universitárias, já em 2020 contabilizam-se 49 surdos frequentando o Ensino Superior dos quais 17 já estão formados. Outra importante comemoração se dá pelo fato de que em 2003 Angola contava com apenas 06 professores surdos efetivos e em 2021 já são 93 professores surdos efetivos, 134 intérpretes bilaterais e já foram realizados 39 cursos de Língua Gestual Angolana com a participação de 327 entidades, entre professores, agentes do Serviço de Investigação Criminal de Angola (SIC) outros atores sociais (Governo Provincial do Bengo, 2022).

4 A Educação de Surdos no contexto da Educação Especial

A educação de surdos, assim como a Educação Especial, perpassa desafios, retrocessos e mudanças históricas. Em sua gênese, a escola não foi pensada para todos, por muito tempo estudar se configurou um luxo vivenciado pelas elites. A Educação Especial carrega também essa marca opressora.

Sem aprofundarmos nas lutas históricas que levaram a sociedade a ampliar o direito de estudar para todos, podemos pensar a educação de surdos como uma insurgência necessária ao contexto atual de luta por educação para todos e da necessidade de afirmação das minorias culturais como processo fundamental para o alcance da igualdade social.

Porém, é importante evoluir o pensamento homogeneizador, excludente e extremamente suscetível a padronizações. Pensar a educação de surdos no contexto da Educação Especial é refletir sobre uma minoria que merece respeito e sobre a garantia de que os Direitos Humanos, tão difundidos sob o lema da igualdade e fraternidade, devem ser assegurados a essa comunidade. Tal como tantas outras, ela tem sua cultura e linguagem oprimidas e marginalizadas sob a ótica das culturas colonizadoras, que desconsideram a diferença e

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p04021

tentam violentamente encaixar as pessoas dentro de um padrão de sociedade ultrapassado, o qual não se enquadra às necessidades atuais.

Antônio, Mendes e Gonzalez (2021) ao se referirem sobre políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva em Angola afirmam o seguinte:

A intensa guerra civil de 27 anos que viria a causar danos humanos e materiais nefastos, a falta de professores e escolas suficientes para garantir a inclusão educativa, a falta de recursos financeiros suficientes nos períodos pós independência e pós-guerra, caracterizam as posteriores políticas de Educação Especial orientadas para a inclusão. A implementação pioneira da Educação Especial em Angola data de 1979, quatro anos depois da Proclamação da Independência. Foi concretizada pelo decreto nº 56/79 (INEE, 2006), data a partir do qual, teoricamente, foram criadas as condições mínimas indispensáveis, permitindo pôr em funcionamento as escolas de Educação Especial [...] (Antônio; Mendes; Gonzalez, 2021, p. 04).

De fato, as políticas de Educação Especial em Angola são ainda recentes e precisam superar uma série de dificuldades para operar de forma efetiva e funcional. Para assim, cumprir o artigo 5^a do Decreto presidencial de 01/2011 que aprova o Estatuto da Modalidade de Educação Especial trazendo como objetivo geral dessa área: “atender, orientar, acompanhar, formar e apoiar a inclusão socioeducativa e familiar das crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais” (Angola, 2011).

Dadas as condições difíceis em que se coloca a educação inclusiva hoje, a falta de acessibilidade e a inexistência de políticas efetivas na área, a Educação Superior dos surdos em Angola tem sido desafiada a encontrar espaços de significação frente a tantas condições desfavoráveis. Como ensinar a Língua Gestual quando não há condições mínimas para a organização de um espaço educacional que valorize a cultura surda? É preciso partir dessa questão. Situar os contextos institucionais e culturais nos quais estão historicamente e geograficamente localizados e começar a observar questões a partir de seus limites. Esse processo pode configurar o início do desenvolvimento de rupturas das representações estereotipadas, que em geral, as sociedades sustentam e reproduzem.

O fato de uma população evidenciar a deficiência em detrimento do potencial da pessoa surda conduz a uma negação das inúmeras necessidades sociais e comunicativas que essa comunidade precisa. Verifica-se que o combate à exclusão social deve partir do governo que tem o poder e autonomia em elaborar políticas públicas destinadas à mudança desse quadro que ainda é vivenciado na atualidade.

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p04021

O contexto da Independência recente, a guerra civil e algumas questões culturais revelam a difícil tarefa de garantir educação para todos. O país baseia-se no modelo médico da deficiência, imprimindo uma ideia de que a pessoa com deficiência precisa adaptar-se aos processos educativos que padronizam o tempo inteiro, sendo uma forma perversa de considerar a pessoa com deficiência. Entretanto, é evidente que Angola tem feito esforços para alinhar seu sistema educativo aos princípios da educação inclusiva.

De acordo com Chambal, Rafante e Selingardi (2015, p.13),

segundo a linha da Declaração de Salamanca, o governo angolano criou, pelo Decreto Lei nº 7, de 2003, o Instituto Nacional para Educação Especial (INEE), que veio reforçar as ações de difusão das políticas educacionais inclusivas e do atendimento de educação especializado das crianças com necessidades educativas especiais nas Escolas do ensino regular em salas especiais e salas integradas.

Dessa maneira, observamos uma tentativa de garantir a inclusão das pessoas com deficiência, reconhecendo o direito de educação para todos, a importância da inclusão em salas regulares e o apoio especializado, legitimando esse direito a partir dos documentos oficiais.

É importante evoluir sobre o conceito de deficiência, tirá-la da pessoa, atribuir ao meio e aos sistemas que falham na promoção da acessibilidade. A legislação angolana, assim como os tratados mundiais orientam a transformação dos sistemas em escolas abertas à diversidade, espaços essencialmente interculturais que ofereçam o mínimo necessário às comunidades minoritárias, a exemplo dos estudantes surdos, sendo importante eliminar barreiras que dificultam o acesso principalmente ao ensino da Língua Gestual Angola.

Esses fundamentos nos levam a desconstruir as narrativas que se ancoram nas dificuldades causadas pela surdez e nos traz a possibilidade de pensar o empoderamento da comunidade surda como grupo linguístico potente, capaz de produzir cultura e ocupar os mais diversos espaços sociais. É preciso fundar uma identidade “outra” à comunidade surda, tendo em vista o histórico de exclusão e capacitismo sofrido ao longo do tempo por essa população. Candau e Sacavino (2013) enriquece essa linha de pensamento enfatizando que,

é preciso fundamentar uma educação que promova o empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais desfavorecidos ou discriminados. Essa perspectiva supõe potencializar grupos ou pessoas que historicamente têm tido menos poder na sociedade e se encontram dominados, submetidos, excluídos ou silenciados na vida cotidiana e nos processos sociais, políticos, econômicos e

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p04021

culturais. O empoderamento tem duas dimensões básicas: pessoal e social, intimamente relacionadas. (Candau; Sacavino, 2013, p.62).

Dessa maneira, é fundamental que os processos educativos considerem a pessoa surda como como sujeito de direitos e prioridades, além de contribuir com condições para o pleno desenvolvimento de suas capacidades linguísticas e cognitivas promovendo efetivamente a inclusão dessas pessoas.

É preciso pensar formas de difusão e desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua a ser ensinada aos surdos e entender que os desafios postos são frutos do histórico de marginalização e negação de uma identidade surda. Domingos (2016) enfatiza que:

nos últimos anos, a surdez passou a ser entendida numa perspectiva sociocultural e psicológica [...] Esta alteração conceitual sobre a forma como a surdez passou a ser encarada tem gerado unanimidade junto da maioria dos autores e investigadores que consideram que o mais importante é a identidade da pessoa surda, e que esta é uma questão fundamental senão mesmo uma condição para que possa desenvolver-se como membro de pleno direito integrando a comunidade e, concomitantemente, poder ser transmissor da sua cultura. (Domingos, 2016, p. 16).

Assim, a comunidade surda necessita especialmente de projetos que evidenciem sua especificidade linguística e cultural, além de espaços sociais significativos a estes, colaborando na valorização e construção de sua identidade pessoal e coletiva.

É importante que as políticas nacionais angolanas considerem a educação como direito humano para todos levando em conta as especificidades da educação de surdos, pensando formas inclusivas de acesso e permanência a essa comunidade ofertando condições aos sistemas de ensino para operar com o mínimo de equipamentos e recursos humanos necessários à educação dos surdos. Caso contrário, as pessoas surdas estarão condenadas ao isolamento linguístico e escolar devido a impossibilidade de comunicação através de um código comum entre professores, os estudantes e suas famílias.

A Educação Especial tem sido prioridade nos discursos globais e de lideranças de todo o mundo. Também em nível local, é uma realidade presente em leis e decretos, porém sua efetivação enfrenta dificuldades nas práticas e espaços institucionais. Sobretudo, entendemos o reflexo da colonização no cenário político, social e econômico ainda recente na história angolana, assim como a urgência de políticas que viabilizem as condições linguísticas e educacionais das pessoas surdas.

5 Metodologia

A presente pesquisa, se orienta pela abordagem qualitativa caracterizando-se como estudo bibliográfico. A pesquisa iniciou-se com a busca dos trabalhos mais recentes de diversos autores da academia, através de levantamento bibliográfico realizado na Biblioteca Eletrônica Científica *Online* (SciELO), no período correspondente aos anos 2015-2021. Não encontramos resultados suficientes para dar sequência na nossa pesquisa, optamos por artigos e periódicos de modo a enriquecer o nosso estudo.

Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Ou seja, o pesquisador entra em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa.

Assim, com a localização dos estudos já produzidos na área, pudemos identificar a evolução do tipo da pesquisa, que resultou em uma relação e um levantamento das consultas vinculadas à temática em abordagem. A análise e organização dos dados teve como foco obter as produções científicas mais recentes sobre a temática de nosso interesse.

A partir disso, realizou-se uma leitura detalhada dos títulos e resumos dos trabalhos encontrados, levando em consideração os seguintes critérios de exclusão: presença dos descritores e tangenciamento do tema da pesquisa.

6 Resultados e Discussões

Para a organização dos dados, dividimos o processo em duas etapas. Na etapa 1, realizamos a seleção dos estudos com base no período de publicação e nos títulos. Na etapa 2, efetuamos a exclusão dos estudos duplicados, analisamos os resumos, estudo do tipo revisão da literatura e leitura na íntegra.

Em nossa busca realizada no SciELO, não foram encontrados resultados para os descritores: “Inclusão Educacional Dos Surdos”; “Angola”, “Educação Superior”, desta feita optamos por uma segunda busca, em artigos e periódicos, com os descritores “Surdos” e “Angola”, o que nos permitiu encontrar resultados que de alguma forma serviram para dar prosseguimento ao nosso estudo. Assim, para a busca com os descritores “Surdos” e

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p04021

“Angola”, foram encontrados um quantitativo de 10 trabalhos entre teses, dissertações e artigos.

A partir disso, realizou-se uma leitura detalhada dos títulos e resumos dos trabalhos encontrados, levando em consideração os seguintes critérios de exclusão: “presença dos descritores” e “tangenciamento do tema da pesquisa”, feito isso, chegou-se então a 04 trabalhos separados sendo dois artigos, uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado, que mais se aproximaram do objeto da investigação, conforme indica a quadro abaixo:

Quadro 1 - Mapeamento de trabalhos do SciELO e de artigos e periódicos (2015 a 2021).

Descritores: Surdos, Angola		
Título	Tipo / Instituição	Autores/ano
A Educação Especial em Angola, Moçambique e Brasil: marcos históricos e a política de educação inclusiva das agências multilaterais	Artigo - ART (Sorocaba/SP)	Chambal, Rafante, Selingardi (2015)
Modelo de Educação Bilíngue e Bicultural Para Surdos Numa Perspetiva Multicultural Na Província de Huíla-Lubango Angola.	Dissertação - DA (Universidade De Lisboa - FCSH)	Domingos (2016)
Pessoas Com Deficiência Em Angola Na Narrativa Familiar: Coragens e Lutas Por Reconhecimento	Tese – T (Universidade de Brasília - UNB)	D’Avila (2018)
Políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva em Angola: contexto, avanços e necessidades emergentes (1979-2017)	Artigo - ART (Universidade do Estado de Santa Catarina)	Antônio, Mendes, Gonzalez (2021)

Fonte: Autores (2024).

Ao efetuarmos uma síntese geral referentes às nossas buscas, verificamos que pouco se reflete sobre: o acesso e permanência, a interação com os familiares e a inclusão no Ensino

Superior. Conforme frisamos anteriormente, os nossos materiais em análise tratam sobre a inclusão voltada em grande escala para o contexto de educação especial.

Os pesquisadores Chambal, Rafante e Selingardi, (2015), na obra sobre os marcos históricos da *Educação Especial em Angola, Moçambique e Brasil*, destacam a compreensão da abordagem acerca do perfil histórico e social de cada um deles para maior compreensão da abordagem da Educação Especial. Por outro lado, Antônio, Mendes, Gonzalez (2021), retratam sobre as *Políticas de Educação Especial desde uma perspectiva inclusiva em Angola*, onde objetivam analisar o percurso da atual política de Educação Especial angolana.

Na sequência, Domingos (2016), em sua obra dissertativa pondera sobre a integração e inclusão dos alunos surdos no contexto escolar, no sistema de ensino angolano. Nesta pesquisa, identificamos a importância da aplicação de um modelo bilíngue e multicultural para surdos numa escola de Educação Especial na Província de Huíla em Angola. Por fim, D'Avila (2018) em sua tese de doutorado reflete sobre as vivências de famílias angolanas que têm filhos e/ou filhas com deficiência. Esta pesquisa buscou compreender os primeiros laços afetivos entre familiares e seus/as filhos e filhas com deficiência e as experiências das famílias e das pessoas com deficiência quanto ao acesso e à permanência no sistema educacional angolano.

Foram avaliados vários trabalhos e todos eles tratavam da inclusão de surdos no contexto da Educação Especial e nenhum deles voltava-se especificamente para a inclusão de surdos no Ensino Superior angolano. Notamos a escassez de trabalhos direcionados para a comunidade surda angolana, bem como a sua inclusão no Ensino Superior.

7 Considerações finais

O estudo buscou conhecer o que dizem as pesquisas sobre a inclusão do surdo na educação superior angolana.

O conjunto de dados revelou que a inclusão de surdos no Ensino Superior demanda cada vez mais sensibilidade e visibilidade ao cidadão surdo como integrante e produtor de uma cultura própria.

É necessário ir além de uma visão limitada sobre a deficiência e avançar para o reconhecimento da cultura e identidade dos surdos como parte de uma comunidade cultural e

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p04021

linguística minoritária, entendendo seu papel como agentes sociais ativos e parceiros em todas as esferas da sociedade.

Os resultados apontam sobre a real necessidade de conhecer e afirmar os direitos da comunidade surda bem como o seu acesso ao ensino superior. As políticas de acessibilidade devem ser analisadas pensadas e postas em prática.

É preciso dar mais a quem tem menos e a problemática da inclusão de surdos na educação superior em Angola exige o questionamento da lógica dominante nos processos educativos escolares, herdeira de uma cultura complexa que acaba por menosprezar as minorias, como é o caso da educação dos surdos.

Dessa maneira, o estudo evidenciou que é preciso eliminar as barreiras e promover o empoderamento dos surdos, valorizando sua cultura e identidade para facilitar a realização de um currículo que considere a Língua Gestual da Angola, como a primeira língua da comunidade surda e principalmente a urgência de políticas formativas para professores, intérpretes e familiares da pessoa surda para que de fato a comunicação em língua gestual seja possível.

Referências

ANGOLA. **Lei de Bases do Sistema de Educação**. Luanda, 31 dez. 2001.

ANGOLA, **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola**. 2007-2015. 2006. Disponível em: https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/angola_estrategiapaaraeducacao_especial.pdf. Acesso em Acesso em: 23 abr. 2024

ANGOLA. **Decreto Presidencial nº 20/11**, de 18 de janeiro de 2011. Aprova o estatuto da modalidade de educação especial. Diário da República de Angola: I série, Luanda, n. 11, p. 297-301, 18 jan. 2011.

ANGOLA, **República de. Decreto Presidencial n. 187/17**, de 16 de agosto de 2017. Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar. Diário da República, Órgão oficial da República de Angola. I Série, Nº 140, Luanda, 2017.

ANGOLA. **Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos**. Direitos, inclusão e participação convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo opcional. Luanda, 2014.

ANTÓNIO, A.; MENDES, G. M. L.; GONZÁLEZ, O. H. Políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva em Angola: contexto, avanços e necessidades emergentes (1979-

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p04021

2017). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/T4ygrJj5rH6dHYdrPxsdnzD/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394?posInSet=1&queryId=N-EXPLORE-1a31a066-70ec-4142-923f-ee83c778e393>. Acesso em: 09 fev. 2023.

CANDAU, V. M. F. SACAIVINO, S. B. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/12319>. Acesso em 12 mar. 2023.

CHAMBAL, L. A. RAFANTE, H. C.; SELINGARDI, S. C. A Educação Especial em Angola, Moçambique e Brasil: marcos históricos e a política de educação inclusiva das agências multilaterais. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), n.1, n. 2, p. 7-23, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/52>. Acesso em: 12 mar. 2023.

D'AVILA, D. A. L. PANTOJA, S. A.; CARVALHO, P. Em tempos de guerra e de paz: a Educação Especial em Angola. **Revista Educação Especial**, v. 32, p.1-25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 12 mar. 2023.

D'AVILA, A. **Relance sobre a educação em África**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1963.

DOMINGOS, M. F. **Modelo de Educação Bilíngue e Bicultural Para Surdos Numa Perspetiva Multicultural Na Província de Huíla-Lubango-Angola**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

Governo Provincial do Bengo. **Primeiras Jornadas Nacionais da Pessoa com Surdez**. Caxito, 6 de set. 2021. Facebook: Governo Provincial do Bengo. Disponível em: <https://www.facebook.com/GOVPROVBGO>. Acesso em: 14 de fev. 2023.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KRAEMER, G. M.; THOMA, A. S. Acessibilidade como Condição de Acesso, Participação, Desenvolvimento e Aprendizagem de Alunos com Deficiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 554-563, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000062018>. Acesso em: 01 mar. 2023.

LIBERATO, E. A Importância da Formação Superior no Processo de Desenvolvimento em Angola. **Revista de Ciências Sociais**. Vitória, v2, n. 20, p. 82-98, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/13560#:~:text=Com%20o%20colapso%20do%20>

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p04021

comunismo%2C%20a%20ado%C3%A7%C3%A3o%20de,do%20pa%C3%ADs%20e%20o%20seu%20processo%20de%20desenvolvimento. Acesso em: 01 mar. 2023.

MONTEIRO, R.; SILVA, D. N. H.; RATNER, C. Surdez e Diagnóstico: narrativas de surdos adultos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. esp., p. 1-7, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e32ne210>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: Encruzilhada de Lutas Sociais e Teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hxDxvJQjCZy8MCdBGLgGNnK/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SETAI, S. **A case study of a Young Deaf Man's identity construction in a hearing family**. University of the Witwatersrand. Faculdade de Antropologia, 2014.

SILVESTRE, C. E. V.; KANIKADAN, A. Y. S. Políticas públicas para pessoas com deficiência em angola. **Qualitas Revista Eletrônica**, v.21, n. 2, p.40 -58, 2020. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/QUALITAS/article/view/2589>. Acesso em: 01 mar. 2023.